

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.191.959	9.215.634
Contas a receber - Contrato de gestão	5	1.799.422	3.752.755
Estoques	6	6.947.499	3.995.063
Outras contas a receber		1.272.810	217.609
Total ativo circulante		39.211.690	17.181.061
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Outras contas a receber		462	-
Repasses a receber	7	967.216	967.216
Total do realizável a longo prazo		967.678	967.216
Imobilizado	8	15.030	17.504
Imobilizado - Bens públicos em nosso poder	9	3.339.718	687.915
Total ativo não circulante		4.322.426	1.672.635
Total do ativo		43.534.116	18.853.696

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	10	7.437.735	3.049.411
Obrigações trabalhistas	11	11.064.571	6.546.206
Obrigações tributárias		352.559	108.029
Obrigações com terceiros	12	-	6.244.394
Outras contas a pagar		614.147	127.279
Total do passivo circulante		19.469.012	16.075.319
Passivo não circulante			
Bens públicos em nosso poder	9	3.309.161	687.915
Repasses a aplicar	7	967.216	967.216
Obrigações com terceiros	12	6.532.355	-
Total do passivo não circulante		10.808.732	1.655.131
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	14	1.123.246	2.931.870
Superávit (déficit) acumulado	14	12.133.126	(1.808.624)
Total do patrimônio líquido		13.256.372	1.123.246
Total do passivo e patrimônio líquido		43.534.116	18.853.696

Demonstrações dos resultados abrangentes		
	2021	2020
Superávit (déficit) do exercício	12.133.126	(1.808.624)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	12.133.126	(1.808.624)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2020		2.496.542	435.328	2.931.870
Incorporação do superávit		435.328	(435.328)	-
Déficit do exercício		-	(1.808.624)	(1.808.624)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.931.870	(1.808.624)	1.123.246
Incorporação do déficit do exercício	14	(1.808.624)	1.808.624	-
Superávit do exercício		-	12.133.126	12.133.126
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.123.246	12.133.126	13.256.372

Demonstrações dos resultados			
	Nota	2021	2020
Receitas operacionais líquidas			
Receitas contrato de gestão	15	152.399.357	66.210.740
Receitas de doações de materiais médicos	15	2.378.924	2.316.174
Receita de depreciação bens públicos em nosso poder	15	212.711	17.639
		154.990.992	68.544.553
Custos operacionais			
Pessoal e encargos	16.1	(49.024.398)	(30.612.546)
Serviços profissionais	16.2	(41.432.999)	(18.856.640)
Materiais e medicamentos	16.3	(22.512.623)	(13.416.100)
Depreciação bens públicos em nosso poder		(212.711)	(17.639)
Impostos taxas e contribuições		(174.407)	(62.666)
Depreciação		(4.739)	(4.030)
Outras receitas operacionais		51.566	15.421
		(113.310.311)	(62.954.200)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	17.1	(30.196.592)	(7.634.025)
		(30.196.592)	(7.634.025)
Superávit (déficit) operacional antes do		11.484.089	(2.043.672)
Resultado financeiro , líquido			
Receitas financeiras	18	740.895	269.481
Despesas financeiras	18	(91.858)	(34.433)
		649.037	235.048
Superávit (Déficit) do exercício		12.133.126	(1.808.624)

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Demonstrações do fluxo de caixa	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (Déficit) do exercício		12.133.126	(1.808.624)
Ajustado por:			
Depreciação imobilizado	9	4.739	4.030
Receita de doações de materiais médicos		(2.378.924)	(2.316.174)
(Aumento) / redução nos ativos em:			
Contas a receber - Contrato de gestão	5	1.953.333	336.378
Estoques	6	(573.512)	261.592
Outras contas a receber		1.953.333	(151.289)
Aumento / (redução) nos passivos em:			
Fornecedores	11	-	58.620
Obrigações trabalhistas	12	-	1.467.424
Obrigações tributárias		-	20.717
Outras contas a pagar	13	-	22.564
Obrigações com terceiros	14	(6.244.394)	967.216
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		6.847.701	(1.137.546)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado - Bens públicos em nosso poder	9	(2.864.514)	(705.554)
Ativo imobilizado	8	(2.265)	(12.565)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(2.866.779)	(718.119)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Recebimento de numerário para aquisição de imobilizado /intangível	8	2.833.957	705.554
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		2.833.957	705.554
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		6.814.879	(1.150.111)
Demonstração do aumento (redução) líquido do caixa equivalente de caixa			
No início do exercício	4	9.215.634	10.365.745
No fim do exercício	4	29.191.959	9.215.634
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		19.976.325	(1.150.111)
<i>Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa:</i>			
Atividades de investimento			
Doações de ativos imobilizado	7	-	(2.120)
Incorporação do patrimônio de transição do contrato de gestão	17h	-	1.474.944

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Reais)

1. Contexto operacional

A Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura ("Entidade" ou "ASELC"), é uma pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de associação de caráter Social e Assistencial, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, cadastrada no CNPJ sob o Nº 09.055.340/0001-94, constituída em 2006 e qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) em 11 de junho de 2018 por meio do Decreto do Governo do Estado do Pará nº 2.104.

Unidades da Entidade

- Hospital Regional Público do Araguaia em Redenção ("HRPA")
- Hospital Regional de Castanhal ("HRPC")

Estas unidades são juridicamente constituídas sob a forma de filiais. Assim, as demonstrações contábeis da Entidade representam as operações de todas estas unidades.

Os ativos imobilizados e intangíveis utilizados nas operações das filiais da Entidade de OSS, conforme nota explicativa nº 9, são bens públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência dos Contratos de Gestão que visam à gestão e à operacionalização das atividades dos serviços elencados como OSS. Para tais bens são emitidos Termos de Cessão e Permissão de Uso. A Entidade responde civil, trabalhista, tributária e criminalmente pelos atos praticados por seus funcionários, haja vista que toda a operação é de inteira responsabilidade da Entidade, que deve ainda assegurar que as licenças de funcionamento e demais obrigações com os órgãos públicos e as concessionárias de serviços públicos e privados estejam regulares. Os demais são equipamentos próprios.

Hospital Regional Público do Araguaia em Redenção ("HRPA")

Em 04 de dezembro de 2018, a ASELC foi homologada vencedora do processo de seleção para operacionalização do Hospital Regional Público do Araguaia ("Entidade" ou "HRPA") na cidade de Redenção, Estado do Pará, cadastrado sob o CNPJ de número 09.055.340/0002-75, por meio do Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018 - Processo nº 2018/551030, com vigência de 60 meses, por meio do termo inicial na data de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023.

O Governo do Estado do Pará, por meio de sua Secretaria de Estado de Saúde (SESPA), instituiu a comissão de acompanhamento e fiscalização que acompanha a execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da ASELC no HRPA. A prestação de contas é apresentada de forma mensal à SESP e leva em consideração: (i) relação dos valores financeiros repassados; (ii) relatório consolidado da produção contratada versus produção realizada; e (iii) relatório consolidado do alcance das metas de qualidade (indicadores).

Hospital Regional de Castanhal ("HRPC")

Em 13 de novembro de 2020, a Entidade participou do processo de chamamento público para operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Regional de Castanhal ("Entidade" ou "HRPC"), o qual logrou-se vencedora em 05 de janeiro de 2021, assinando contrato de gestão 001/2021/SESPA em 25 de janeiro de 2021, com vigência de 12 meses, podendo ser renovado por mais 60 meses, com valor global anual de R\$ 143.655.597. A tipologia do HRPC é de média e alta complexidade, com ênfase em oncologia, atendimento em neurologia, cirurgia geral e ortopedia.

O Governo do Estado do Pará, por meio de sua Secretaria de Estado de Saúde ("SESPA"), instituiu a comissão de acompanhamento e fiscalização que acompanha a execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da ASELC no HRPC. A prestação de contas é apresentada de forma mensal à SESP e leva em consideração: (i) relação dos valores financeiros repassados; (ii) relatório consolidado da produção contratada versus produção realizada; e (iii) relatório consolidado do alcance das metas de qualidade (indicadores).

a. COVID 19

No Hospital Regional Público do Araguaia, apesar de superada a surpresa do COVID, a pandemia se apresentou com muito mais força e truculência, em especial no primeiro semestre do ano, obrigando a readequação do espaço físico do HRPA, bem como adotar medidas para minimizar os riscos possíveis de contaminação dos colaboradores e usuários.

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Foram realizadas adequações dos atendimentos eletivos de ambulatório externo, exames externos e cirurgias eletivas no HRP. A regra geral mantida foi a de garantir o atendimento aos pacientes de controle e tratamento ambulatorial contínuo e, para que isso acontecesse com maior eficiência e eficácia, foi criada uma linha de frente de atendimento direto aos municípios e pacientes exclusivamente vinculados aos atendimentos eletivos.

O Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - SADT foi totalmente reestruturado, reduzindo seu espaço de atendimento para darmos espaço ao Acolhimento de Urgência/Emergência, sendo necessário remanejar sala de exames como endoscopia e colonoscopia para o Centro Cirúrgico, desativar o Leito Dia dando espaço à sala de triagem de pacientes, já as salas: da coordenação, ultrassonografia, sala de laudos e sala de ecocardiograma foram remanejadas para o Ambulatório, ficando esses espaços disponíveis transformados em UTI e enfermaria COVID.

Para financiar esse acréscimo de serviços, com ampliação e requalificação dos leitos cínicos e de UTI do hospital, foram firmados Termos aditivos ao Contrato de Gestão 005/2018, com os escopos discriminados a seguir: 5º T.A. - para implantação de 05 (cinco) leitos de UTI Adulto, por 30 (trinta) dias; 6º T.A. - manutenção por mais 60 (sessenta) dias de 10 (dez) leitos de UTI-COVID; 7º T.A. - criação de mais 10 (dez) leitos de UTI-COVID, por 60 (sessenta) dias; 8º T.A. - recurso para aquisição de um tomógrafo de 16 (dezesesseis) canais; 9º T.A. - implantação de 33 (trinta e três) leitos clínicos COVID e ampliação de 11 (onze) leitos de UTI-COVID, por 60 (sessenta) dias; 10º T.A. - manutenção de 33 (trinta e três) leitos clínicos COVID e 11 (onze) leitos de UTI-COVID, por mais 60 (sessenta) dias; 11º T.A. - prorrogação dos leitos COVID, mantendo 10 (dez) leitos UTI-COVID e 11 (onze) leitos clínicos, por 60 (sessenta) dias.

No Hospital Regional Público de Castanhal, com o pico da pandemia de COVID, no Brasil e no mundo, exigindo medidas imediatas para suprir à demanda de leitos aos usuários do SUS da população da área de abrangência do HRPC que, atualmente, compõem 40 municípios.

Neste sentido, a ASELC-OSS realizou a abertura do HRPC, em caráter de urgência, em 23 de fevereiro de 2021 com o exclusivo propósito de prestar atendimento aos usuários do SUS portadores de COVID19. Neste sentido, leitos de enfermarias foram adaptados e chegamos a abrir mais 20 leitos de UTI além dos 40 que já fazem parte da estrutura do hospital, visando suprir à grande demanda de usuários que necessitavam urgentemente de assistência.

Em virtude da SESPA – Secretaria de Saúde do Estado do Pará ter solicitado o início imediato do funcionamento do hospital, em caráter excepcional, sem a adequada estrutura de suporte tecnológico e de apoio, a ASELC-OSS buscou no mercado empresas com disponibilidade imediata de equipamentos para contratação de diversos serviços, como: hemodiálise, tomografia, raio-X, laboratório de análises clínicas, lavanderia, SND, entre outros.

Além disso, em ambos os Hospitais, situações como a escassez de materiais e medicamentos necessários ao tratamento de pacientes com COVID19, entre eles o kit intubação e oxigênio hospitalar, devido à elevada demanda, tiveram como consequência o expressivo aumento de custos.

Os impactos relacionados a pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados e monitorados pela Entidade.

2. Base de preparação.

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, incluindo a ITG 2002 (R.1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

A emissão das demonstrações foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 10 de outubro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.

a. Uso de julgamentos e estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a administração faça julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Entidade não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas julgamento quanto a sua contabilização para exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Estimativas e premissas

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente, utilizando as melhores prospecções até a data de encerramento das demonstrações financeiras. A Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas estimativas e premissas quanto a sua contabilização.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes a caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Contas a receber - Contrato de gestão

As contas a receber sobre a parcela mensal definida conforme Contrato de Gestão Estadual, são registradas de acordo com seu período de competência.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques recebidos em doação, ou seja, sem contraprestações, são mensurados pelo seu valor justo, mensuração efetuada pela administração baseada no último preço de aquisição dos itens recebidos como doação. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

A Entidade avalia periodicamente a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco a provisão de itens obsoletos é reconhecida em contrapartida ao resultado do exercício.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os itens adquiridos com verba própria da Entidade e/ou recebidos como doação de terceiros, os quais são utilizados nas atividades operacionais do hospital, poderão, de acordo com a aprovação da administração, ser doados e incorporar o patrimônio do Hospital e por consequência o da Secretária Estadual de Saúde do Pará – SESPA.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

CONTINUAÇÃO

**ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELCO/SS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Equipamentos de processamento c	5 ano:
Móveis e máquinas	5 ano:

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Imobilizado – Bens públicos em nosso poder

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

A Entidade deve usufruir apenas do direito de uso dos bens. A escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado de Saúde do Pará (SESPA).

Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela Entidade, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da concessão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. No passivo, a contrapartida dos bens foi registrada na rubrica de "bens públicos em nosso poder", de acordo termo de permissão de uso emitido pela Secretária do Estado de Saúde do Pará (SESPA)

Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes, que porventura venham a ser adquiridos com recursos oriundos do contrato de gestão, serão incorporados ao patrimônio do Estado do Pará, devendo a Entidade entregar a Secretaria de Saúde do Estado do Pará, documentação necessária ao processo de regularização da incorporação dos referidos bens.

Os bens são depreciados pelo método linear, utilizando taxas anuais, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados.

Categoria dos ativos	Taxa de vida: depreciação :
Computadores periféricos	20 %
Máquinas e equipamentos	20 %
Equipamentos médicos e hospitalar	10 %
Móveis e utensílios	20 %

f. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade não possuía ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Entidade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. Durante os exercícios de 2021, a Entidade não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

h. Benefícios a empregados

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

i. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Entidade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

j. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

k. Reconhecimento da receita

(i) Contratos de gestão

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que (i) os riscos e benefícios mais significativos referente ao cumprimento das atividades definidas no contrato de gestão são devidamente executadas, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Entidade, (iii) os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, e (iv) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de prestações de serviços é reconhecida de acordo com a competência no qual o serviço é prestado e pelo valor determinado por meio do Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado de Saúde do Pará (SESPA).

(ii) Receitas - Contratos de locação

A Entidade dentro do curso normal das operações do contrato de gestão, explora a locação de espaços dentro da unidade hospital para terceiros. A receita de locações é reconhecida *pro rata temporis* em função da vigência do contrato de locação.

(iii) Receitas de depreciação de "Bens públicos em nosso poder"

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, bem como o cumprimento ao Contrato de Gestão, a Entidade reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

(iv) Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do período como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas, a Entidade adota o critério de competência, por valor justo em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreram trabalhos voluntários na Entidade.

l. Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras compreendem: (i) receitas financeiras abrangem receitas de juros e aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos; e (ii) despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias.

m. Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do período. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

n. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 20.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa- fundo fixo	5.535	5.412
Bancos conta movimento	1.151.405	1.707.254
Aplicações financeiras	28.035.019	7.502.968
Total de caixa e equivalentes de c:	29.191.959	9.215.634

Os recursos mantidos em caixa, contas-correntes e aplicações financeiras referem-se a valores recebidos do contrato de gestão firmado com órgãos governamentais, cuja utilização é restrita a operacionalizar a gestão do termos descritos no contrato de gestão, aquisições e atividades predeterminadas e são submetidas à prestação de contas junto a SESP/PA.

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados em títulos de renda fixa Certificado de Depósito Bancário (CDB), enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. O rendimento médio para o exercício de 2021 e 2020 foi de 105% do CDI a.a.

5. Contas a receber - Contrato de gestão

	2021	2020
Contas a receber Contrato de gestão	1.799.422	3.752.755

Refere-se ao repasse dos recursos vinculados a cada contrato de gestão firmado com a Secretaria de Estado do Pará - SESP/PA para a operacionalização das atividades e serviços dos hospitais Hospital Regional Público do Araguaia - HRP/PA e Hospital Regional Público de Castanhal - HRPC. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

Aging list das contas a receber

	2021	2020
Vencidos		
Até 30 dias (a)	1.799.422	3.752.755

(a) A administração não constituiu provisão para perda de crédito esperada, pois o montante em aberto é proveniente de contrato firmado com o Estado, de modo que não se tem a perspectiva de perdas nos valores a serem repassados, adicionalmente o montante em aberto foi recebido no início de 2022.

6. Estoques

	2021	2020
Medicamentos	3.751.443	1.324.838
Materiais médico hospitalar	1.864.170	1.860.791
Estoques gerais	1.001.795	613.063
Material de engenharia clínica	330.091	196.371
Total	6.947.499	3.995.063

A Entidade avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e concluiu não ser necessário a constituição de provisão para obsolescência dos estoques e/ou estoques de baixo giro.

7. Repasse a receber

	2021	2020
Repasse a receber Contrato 005/2018	967.21	967.21

(a) Em 18 de maio de 2020 foi reconhecido o 1º Termo aditivo ao Contrato Nº 005/2018, que tem objetivo a aquisição de equipamentos para o hospital, até o momento sem previsão de recebimento do repasse, a administração baseada no termo contratual, possui expectativa no recebimento, e não constitui provisão para perda deste ativo.

8. Imobilizado

Imobilizado próprio localizado junto a unidade HRP/PA:

	Móveis e máquinas	Equipamentos processamento de dados	Total
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.290	2.450	9.740
Aquisição patrimonial (CEP) (a)	10.567	1.998	12.565
Saldo em 31 de dezembro de 2021	17.857	4.448	22.305
Aquisição patrimonial (CEP) (b)	2.265	-	2.265
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.122	4.448	24.570
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(608)	(163)	(771)
Depreciação no período	(3.307)	(723)	(4.030)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.915)	(886)	(4.801)
Depreciação no período	(3.849)	(890)	(4.739)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.764)	(1.776)	(9.540)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2020	13.942	3.562	17.504
Em 31 de dezembro de 2021	12.358	2.672	15.030

(a) As doações de patrimônio referentes a equipamentos (Bens) foram realizadas por pessoas físicas.

(b) As aquisições de imobilizado utilizaram os recursos do Centro de Ensino e Pesquisa - CEP. O CEP do Hospital Regional Público do Araguaia tem a missão de gerar e disseminar o conhecimento, qualificar novos profissionais e prover um ambiente que favoreça a atração e a retenção de talentos para o hospital. Seus recursos são provenientes de convênio com instituições de ensino, para concessão de estágios.

9. Imobilizado - Bens públicos em nosso poder

	Móveis, máquinas e equipamentos	Equipamentos médico hospitalar	Total
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	705.554	705.554
Aquisição patrimonial (a)	100.740	2.763.774	2.864.514
Saldo em 31 de dezembro de 2021	100.740	3.469.328	3.570.068
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(17.639)	(17.639)
Depreciação e amortização no período	(6.422)	(206.289)	(212.711)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(6.422)	(223.928)	(230.350)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2020	-	687.915	687.915
Em 31 de dezembro de 2021	94.318	3.245.400	3.339.718

(a) Na Filial HRP/PA, em 22 de julho de 2021, foi adquirido um Aparelho Tomógrafo, com recurso do 8º Termo Aditivo, esse bem foi contabilizado no ativo não circulante em Imobilizado - Bens públicos em nosso poder em contrapartida no passivo não circulante em Bens em nosso poder.

Na filial HRPC, as aquisições feitas foram com recurso do 1º Termo Aditivo ao contrato 001/SESPA/2021, processo 2021/285034, contabilizados no ativo não circulante em Imobilizado - Bens públicos em nosso poder no valor de R\$ 1.783.192 em contrapartida no passivo não circulante em bens públicos em nosso poder no montante de R\$ 1.752.634. Sendo o montante de R\$ 30.558, referente a aquisições de ativo imobilizado com recursos próprios da ASELC, em função da necessidade dos equipamentos hospitalares, e que serão absorvidas em termos aditivos futuros autorizados pela SESP/PA.

Os valores de depreciação pela utilização desses bens são reconhecidos como despesa no resultado do exercício, bem como em respectivo valor reconhecido como receita de depreciação em contrapartida a conta de bens públicos em nosso poder.

Os valores desses ativos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado do Contrato de Gestão, registrados no ativo não circulante. Adicionalmente na data base de 31 de dezembro de 2021, encontra-se em poder do HRPC móveis e equipamentos da SESP/PA recebidos quando dotação inicial e assinatura do contrato, no entanto o mesmo não se encontra valorado, a SESP/PA até o momento não disponibilizou essa informação.

10. Fornecedores

	2021	2020
Serviços terceirizados contratado (a)	6.061.893	2.174.275
Materiais e medicamentos	1.375.842	875.136
Total	7.437.735	3.049.411

(a) Correspondem a serviços contratados para garantia operacional do hospital, atreladas a aquisição de serviços de vaporização e manutenção de aparelhos utilizado em sua operação.

11. Obrigações Trabalhistas

	2021	2020
Salários e ordenados a pagar	3.707.22	1.558.59
Provisão para férias e encargo: (a)	7.352.51	4.987.60
Total	11.064.57	6.546.20

CONTINUAÇÃO

**ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(a) As provisões trabalhistas em 2021 estão compostas por provisões para férias e encargos, multa rescisória, FGTS e dissídio coletivo que será pago de acordo com a convenção coletiva de cada categoria.

	2021	2020
Transição gestão H(R)PA	6.244.39	-
Empréstimos SESP	287.96	-
	6.532.35	-

(a) Em 06 de dezembro de 2018, visto a proximidade entre a homologação do resultado da OSS (Organização Social de Saúde) vencedora, transição de Governo do Estado, e manutenção da prestação de Serviço Público do hospital objeto do contrato de gestão, foi emitido o ofício Nº 135/2018-GTCAGHMR/SESPA que estabeleceu período de até 60 dias para transição entre as OSS. A partir deste ofício foi celebrado um Termo de Parceria com a antiga OSS administradora do hospital, para o referido período de transição, com prazo final em 06 de fevereiro de 2019.

Durante o período visto ausência de tempo hábil para que a ASELC assumisse integralmente a operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do H(R)PA sem a interrupção dos serviços essenciais de saúde, de acordo com o ofício Nº 135/2018-GTCAGHMR/SESPA, o IDESMA (antiga OSS administradora do hospital) ficou responsável pelo processo de compra de materiais e medicamentos, custos médicos e pagamentos de salários inerentes as operações do H(R)PA, visando o não desabastecimento e a continuidade dos serviços, até o prazo final do Termo de parceria, os custos citados anteriormente foram pagos pelo IDESMA os quais deverão ser ressarcidos pela ASELC, que protocolou ofício junto a SESP solicitando a transferência de recursos recebidos como verba de custeio no Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018, para quitação das obrigações, e aguarda a definição do Poder Concedente. Não houve nenhum fato novo e/ou alteração quanto ao protocolo de solicitação por parte do Poder Concedente durante o ano de 2021, em decorrência deste fato, os montantes anteriormente classificados no passivo circulante foram reclassificados para o passivo não circulante durante o exercício de 2021.

13. Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda provável no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Riscos avaliados como perdas possíveis

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda possível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

14. Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelos superávits e déficits dos exercícios sociais.

Em 31 dezembro de 2021, o patrimônio social da Entidade passou a ser R\$ 1.123.246 (R\$ 2.931.870 em 2020), decorrente da incorporação do déficit acumulado de 2020 no valor de R\$ 1.808.624.

15. Receitas operacionais líquidas

	2021	2020
Receita Contrato de gestão Estadual (a)	152.399.357	66.210.740
Receitas de doação de materiais médicos (b)	2.378.924	2.316.174
Receita de depreciação bens públicos em no poder (c)	212.711	17.639
	154.990.992	68.544.553

(a) H(R)PA: A entidade firmou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018 – Processo nº 2018/551030, com vigência do de 60 meses, com data inicial de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023, para operacionalização das atividades e serviços do Hospital Regional Público do Araguaia – H(R)PA.

A remuneração do contrato de gestão e operacionalização é definida de acordo com suas características de atendimento, com um orçamento de custeio pré-fixado, com base na estrutura física e na produção de serviços definidas como metas contratuais quantitativas e qualitativas. Não há redução ou glosa do repasse da verba do contrato de gestão.

A Entidade firmou no decorrer do ano de 2021 os seguintes Termos Aditivos: 4º TA – R\$ 480.000, 5º TA – R\$ 240.000, 6º TA – R\$ 560.000, 7º TA – R\$ 1.920.000, 9º TA – R\$ 5.285.987, 10º TA – R\$ 2.673.460, 11º TA – R\$ 403.665, 12º TA – R\$ 12.683.865 para o Hospital Regional Público do Araguaia.

HRPC: A entidade firmou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão nº 001/SESPA/2021 – Processo nº 2020/812459 2021/30442, com vigência do de 12 meses, com data inicial de 25 de janeiro de 2021, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos até o limite de 60 meses, para operacionalização das atividades e serviços do Hospital Regional Público de Castanhal – HRPC.

A remuneração do contrato de gestão e operacionalização é definida de acordo com suas características de atendimento, com um orçamento de custeio pré-fixado, com base na estrutura física e na produção de serviços definidas como metas contratuais quantitativas e qualitativas. Não há redução ou glosa do repasse da verba do contrato de gestão.

A Entidade firmou no decorrer do ano de 2021 os seguintes Termos Aditivos: 4º TA – R\$ 480.000, 5º TA – R\$ 240.000, 6º TA – R\$ 560.000, 7º TA – R\$ 1.920.000, 9º TA – R\$ 5.285.987, 10º TA – R\$ 2.673.460, 11º TA – R\$ 403.665, 12º TA – R\$ 12.683.865 para o Hospital Regional Público de Castanhal.

Conforme cláusula contratual, as despesas administrativas da matriz são rateadas entre as filiais e contabilizadas na conta receita de interdependência com contrapartida em despesa com interdependência, registrando um feito nulo no resultado. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo correspondente as receitas e despesas com interdependência foi de R\$ 6.323.995 (R\$ 2.724.850 em 31 de dezembro de 2020).

(a) Em 2021 devido a pandemia do COVID 19 houve doações relevantes de materiais médicos, principalmente de materiais de proteção (luvas, óculos e máscaras) e medicamentos. Os estoques recebidos em doação, ou seja, sem contraprestações, são mensurados pelo seu valor justo, mensuração efetuada pela administração baseada no último preço de aquisição dos itens recebidos como doação. O valor foi registrado em contrapartida ao ativo circulante em estoques.

(b) A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), em cumprimento ao Contrato de Gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

16. Custos operacionais

16.1 Pessoal e encargos

	2021	2020
Salários e ordenados	(27.636.625)	(18.076.329)
Férias, 13º salário, encargos sociais, e rescisão trabalhistas	(10.959.560)	(5.881.965)
Encargos sociais	(10.332.195)	(6.649.881)
Benefícios sociais à funcionários	(96.014)	(4.370)
	(49.024.395)	(30.612.545)

16.2 Serviços profissionais

	2021	2020
Honorários médicos (a)	(28.822.165)	(17.911.301)
Serviços técnicos contratado	(12.610.833)	(945.339)
	(41.432.998)	(18.856.640)

(a) Valores relativos aos atendimentos por médicos contratados, apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento.

(b) Os montantes são relacionados aos prestadores de serviços terceirizados, para o desempenho de atividades ligadas ao atendimento médico, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços.

16.3 Materiais e Medicamentos

	2021	2020
Drogas e medicamentos	(10.432.38)	(4.662.27)
Materiais uso dos pacientes	(7.117.61)	(4.503.52)
Custos gerais de materiais hospitalares	(2.316.20)	(2.138.77)
Gêneros alimentícios	(916.529)	(669.768)
Materiais de limpeza e descart. O.P.M.E. ortese, prótese e materiais especiais	(932.712)	(598.977)
	(797.178)	(842.786)
	(22.512.62)	(13.416.10)

17. Despesas operacionais

17.1 Gerais e administrativas

	2021	2020
Serviços terceirizados	(16.675.723)	(1.895.992)
Despesas administrativas	(664.760)	(929.465)
Despesas manutenção	(5.136.142)	(2.089.384)
Despesas fixas energia e telefone	(4.690.175)	(1.264.738)
Despesas com informática	(2.175.719)	(1.057.872)
Locação de bens imóveis	(214.665)	(87.204)
Despesas com viagens e hospedagens	(209.356)	(94.088)
Locação de veículos	(206.847)	(120.536)
Outros custos	(1.822)	-
Outras despesas	(221.383)	(94.746)
	(30.196.592)	(7.634025)

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

18. resultado financeiro, líquido	2021	2020
Rendimentos sobre aplicações fi	717.41	234.96
Descontos e bonificações recebi	23.48	34.51
	740.89	269.48
Juros e multas	(4.47€)	(2.42)
Tarifas bancárias	(87.38)	(34.19)
	(91.85)	(34.43)
Resultado financeiro, líquido	649.03	235.04

19. Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Na condição de Entidade sem fins lucrativos, aplicam-se a Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

O art. 15 da Lei nº 9.532/97 prevê isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às associações civis, sem fins lucrativos, observados os seguintes requisitos:

- Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
 - Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
 - Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
 - Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
 - Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
 - Não apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destinar referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- A isenção não abrange os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

20. Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber, assim como fornecedores, outras contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Durante os exercícios de 2021 e 2020 não havia diferenças significativas entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Entidade.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros da Entidade foram classificados conforme as seguintes categorias:

Descrição	Classificação	2021		2020	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	29.191.959	29.191.959	9.215.634	9.215.634
Contas a receber - Contrato de gestão	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	1.799.422	1.799.422	3.752.755	3.752.755
Outras contas a receber	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	1.272.810	1.272.810	217.609	217.609
Fornecedores	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	7.437.735	7.437.735	3.049.411	3.049.411
Outras contas a pagar	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	614.147	614.147	127.279	127.279

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em aplicações financeiras de liquidez, com bancos públicos em títulos de baixo risco como CDB.

21. Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2021 e 2020.

22. Partes relacionadas

a. Remuneração da Administração

A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores Executivos. A remuneração total de 2021 foi de R\$ 2.503.273 (R\$ 1.344.000 em 2020).

23. Eventos subsequentes

Ajuizamento de penhora de ativos da ASELC

Por determinação no juízo da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará houve a penhora de verbas públicas no repasse mensal à ASELC, oriundo do Contrato de Gestão 05/2018 celebrado com a SESP para operacionalização e gestão do Hospital Regional Público do Araguaia. Trata-se de execução fiscal movida pela União Federal contra a antiga Organização Social gestora do HRP, por débito fiscal de exercícios anteriores. A referida ação judicial tramita em segredo de justiça, conforme determinação judicial. A ASELC já adotou meios de impugnação cabíveis visando desconstituir a constrição judicial, sobretudo por não ser responsável por qualquer passivo deixado pela organização social que geria o referido hospital em data anterior ao Contrato de Gestão celebrado, conforme cláusula específica prevista no instrumento contratual.

Aditivos contratuais do contrato de gestão

Assinatura dos seguintes Termos Aditivos (T.A.) para o Hospital Regional Público do Araguaia - HRP:

- Assinatura do 14º Termo Aditivo, cujo objeto é a implantação de mais 10 (dez) leitos de UTI, para funcionamento temporário previsto para 60 (sessenta) dias, no valor de R\$ 2.619.996.
- Assinatura do 15º Termo Aditivo, em 26 de março de 2022, cujo objeto é o repasse de valores visando a elaboração e apresentação dos projetos executivos de arquitetura e complementares da reforma e ampliação do HRP, no valor de R\$395.000;
- Assinatura do 16º Termo Aditivo, em 26 de março de 2022, para redução de 10 (dez) leitos de UTI exclusivos para covid previstos no 14º Termo Aditivo e prorrogação da manutenção de até 10 Leitos Clínicos de covid e até 10 Leitos de UTI de covid, no valor de R\$2.489.994.

Assinatura dos seguintes Termos Aditivos (T.A.) para o Hospital Regional de Castanhal - HRPC:

- 7º T.A., em 21 de janeiro de 2022, para prorrogação do Contrato de Gestão por mais 12 (doze) meses, no valor mês de R\$ 11.971.300 (Contrato vigente até 21 de janeiro de 2023);
- 8º T.A., em 26 de janeiro de 2022, para implantação de mais 10 (dez) leitos, totalizando os 160 (cento e sessenta) da estrutura do HRPC, no valor de R\$960.000;
- 9º T.A., em 11 de março de 2022, para repasse de valores a título de investimento, para aquisição de bens permanentes (mobiliário), no valor de R\$1.630.146;
- 10º T.A., em 11 de março de 2022, para repasse de valores a título de investimento, para aquisição de bens permanentes (equipamentos médicos), no valor de R\$ 7.441.374;
- 11º T.A., em 25 de março de 2022, para prorrogação da Vigência do 6º Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 001/SESPA/202 para repactuação de serviços hospitalares, no valor de R\$7.480.000;

CONTINUAÇÃO

**ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

- 12º T.A., em 11 de abril de 2022, para repasse de valores a título de investimento, para aquisição de bens permanentes (tecnologia da informação e eletroeletrônicos), no valor de R\$1.015.764,40;
- 13º T.A., em 24 de maio de 2022, para repasse de valores a título de investimento, para aquisição de bens permanentes (equipamentos) no valor de R\$5.138.365,56;
- 14º T.A em em 20 de julho de 2022, para transformação de 20 Leitos Clínicos e 10 Leitos de UTI exclusivos para covid em 20 Leitos Clínicos Pediátricos e de 10 Leitos de UTI Pediátricos, no valor de R\$7.480.000..



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

OPINIÕES COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Conforme nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 apresenta na rubrica do Imobilizado - Bens públicos em nosso poder e bens público em nosso poder no passivo, o montante de R\$ 3.339.718, e receita de depreciação de bens públicos e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício de R\$ 212.711. A Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC logrou-se vencedora do chamamento público para operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Regional de Castanhal – HRPC, assinando contrato de gestão 001/2021/SESPA em 25 de janeiro de 2021. Desde de o início da vigência do contrato de gestão a Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC, não recebeu composição individualizados dos ativos imobilizados recebidos como dotação inicial de acordo termo de permissão de uso emitido pela Secretária do Estado de Saúde do Pará (SESPA), a filial Hospital Regional de Castanhal – HRPC, apresenta no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 na rubrica do Imobilizado - Bens públicos em nosso poder e bens públicos em nosso poder registrado no passivo, o montante de R\$ 1.783.192, e receita de depreciação bens públicos em nosso poder e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício de R\$ 101.332. Consequentemente, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação ao Imobilizado - Bens públicos em nosso poder e Bens públicos em nosso poder apresentado nos balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2021, bem como nos demais elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período de 23 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação às Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

ÊNFASE

Renovação do contrato de gestão

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que em 21 de janeiro de 2022 a Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC, gestora da filial Hospital Regional Público de Castanhal – HRPC, assinou o 7º. Termo aditivo ao Contrato de gestão com vigência até 21 de janeiro de 2023. A renovação

do contrato de gestão depende de um acordo entre as partes, e as demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 10 de outubro de 2022



Protocolo: 868957



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, quarta-feira, 26 de outubro de 2022 às 23:04:58.